



# CEJAM

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS  
"DR. JOÃO AMORIM"

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2024

Consolidação  
Matriz (Mantenedora)  
Organização Social – São Paulo  
Organização Social – Hospital Municipal M´Boi Mirim  
Instituto de Resp. Social Dr. Fernando Proença de Gouvêa  
Organização Social – Mogi das Cruzes  
Organização Social – Rio de Janeiro  
Centro de Diagnósticos por Imagem  
Organização Social – Carapicuíba  
Gestão Saúde – Campinas  
Gestão Saúde – Osasco Hemodinâmica  
Organização Social – AME Olavo Silva Souza  
Gestão Saúde – Hospital Padre Bento de Guarulhos  
Organização Social – Hospital Estadual de Francisco Morato  
Gestão Saúde – Hospital Guilherme Álvaro de Santos  
Organização Social – Hospital Estadual de Franco da Rocha  
Organização Social – Hospital Geral de Carapicuíba  
Organização Social – Maternidade Municipal de Peruíbe  
Organização Social – AME Carapicuíba  
Organização Social – Rede Lucy Montoro de Santos  
Gestão Saúde – Hosp. Dr. Osiris Florindo Coelho de Ferraz de Vasconcelos  
Organização Social – Hospital Geral de Itapevi  
Gestão Saúde – Hospital Leonor Mendes de Barros  
Organização Social – Santa Casa de São Roque  
Apoio à Gestão de Contratos e Convênios  
Organização Social – Rede Lucy Montoro de Pariquera-Açu  
Organização Social – São José dos Campos  
Gestão Saúde – Hospital Regional Sul

## ÍNDICE

	Página(s)
Balanco Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Notas Explicativas	7 à 25

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
(em Reais)

NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			2024	ATIVIDADES DE SAÚDE			2023	
	GESTÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA GRATUITA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE		GESTÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA GRATUITA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE		
<b>ATIVO</b>									
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>									
Caixa e Equivalente de Caixa	(4)	138.277.406,30	1.755.433,32	61.899.508,65	201.932.348,27	150.270.160,60	1.150.128,65	65.387.167,03	216.807.456,28
Adiantamentos a Fornecedores		237.157,52	2.950,00	424.091,21	664.198,73	819.010,99	-	299.228,65	1.118.239,64
Adiantamentos a Empregados	(5)	10.451.692,93	38.772,01	347.619,95	10.838.084,89	10.142.384,25	37.520,64	59.578,62	10.239.483,51
Adiantamentos para Despesas		22.893,29	1.619,72	-	24.513,01	9.631,50	4.396,41	-	14.027,91
Impostos Recuperáveis		87.244,73	-	-	87.244,73	114.218,49	-	10.667,67	124.886,16
Créditos com Contr. de Gestão e Convênios	(6)	276.920.714,83	-	-	276.920.714,83	222.457.039,92	-	-	222.457.039,92
Outros Créditos	(7)	2.298.295,28	402.899,08	4.689.534,40	7.390.728,76	1.032.616,49	269.383,86	1.394.140,97	2.696.141,32
Estoques	(8)	25.542.238,49	-	46.111,94	25.588.350,43	21.564.220,41	-	22.502,05	21.586.722,46
Reservas para Contingências	(9)	35.609.730,88	-	-	35.609.730,88	32.263.067,04	-	-	32.263.067,04
Despesas Antecipadas		732.231,08	629,25	25.535,34	758.395,67	724.938,25	595,38	30.117,67	755.651,30
		490.179.605,33	2.202.303,38	67.432.401,49	559.814.310,20	439.397.287,94	1.462.024,94	67.203.402,66	508.062.715,54
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>									
Realizável a Longo Prazo	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	(10)	69.875.269,71	27.375.727,34	11.083.429,82	108.334.426,87	65.693.925,90	4.029.637,70	1.704.742,20	71.428.305,80
Intangível	(11)	775.848,56	62.330,09	35.628,70	873.807,35	729.820,22	65.225,61	20.871,02	815.916,85
		70.651.118,27	27.438.057,43	11.119.058,52	109.208.234,22	66.423.746,12	4.094.863,31	1.725.613,22	72.244.222,65
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>560.830.723,60</b>	<b>29.640.360,81</b>	<b>78.551.460,01</b>	<b>669.022.544,42</b>	<b>505.821.034,06</b>	<b>5.556.888,25</b>	<b>68.929.015,88</b>	<b>580.306.938,19</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>									
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>									
Fornecedores		63.060.181,54	4.485.602,66	676.124,65	68.221.908,85	61.724.568,72	115.768,52	1.098.625,31	62.938.962,55
Obrigações Trabalhistas	(12)	80.666.319,47	203.323,69	2.067.399,11	82.937.042,27	78.908.405,22	149.428,00	490.031,28	79.547.864,50
Obrigações Sociais e Fiscais		64.518.718,55	181.438,28	1.995.530,94	66.695.687,77	58.815.304,51	186.755,20	941.847,55	59.943.907,26
Empréstimos Bancários	(13)	550.000,37	-	24.611.083,00	25.161.083,37	4.253.749,22	-	571.000,00	4.824.749,22
Contas a Pagar	(14)	35.690.828,19	2.169.698,90	1.078.743,23	38.939.270,32	28.363.008,19	765.477,65	314.670,29	29.443.156,13
Provisões para Férias e Encargos		143.575.609,07	434.147,20	4.799.426,16	148.809.182,43	128.758.050,68	354.659,25	1.282.512,13	130.395.222,06
Provisões para Contingências	(15)	-	-	-	-	-	-	-	-
		388.061.657,19	7.474.210,73	35.228.307,09	430.764.175,01	360.823.086,54	1.572.088,62	4.698.686,56	367.093.861,72
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>									
Empréstimos e Financiamentos		-	-	2.304.000,00	2.304.000,00	123.500,01	-	-	123.500,01
Provisões para Contingências	(15)	16.472.071,15	-	627.593,55	17.099.664,70	8.933.605,89	-	627.593,55	9.561.199,44
Contas a Pagar	(14)	34.027,45	-	-	34.027,45	59.325,98	-	-	59.325,98
Recursos Governamentais a Realizar		2.554.364,66	-	-	2.554.364,66	3.978.972,94	-	-	3.978.972,94
Bens Públicos em nosso poder	(16)	70.512.509,94	-	-	70.512.509,94	66.286.835,71	-	101.962,73	66.388.798,44
		89.572.973,20	-	627.593,55	92.504.566,75	79.258.740,52	-	729.556,28	80.111.796,81
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>									
Patrimônio Social		65.615.706,99	3.984.799,63	63.500.773,04	133.101.279,66	41.194.829,31	4.953.747,63	51.163.856,15	97.312.433,09
Superávit / (Déficit) do Exercício	(33)	12.990.914,62	(1.064.483,03)	(3.257.355,44)	8.669.076,15	18.129.763,73	(1.864.004,90)	6.732.851,89	22.998.610,72
Dotação Final		3.983.446,85	-	-	3.983.446,85	12.790.235,85	-	-	12.790.235,85
Transferências Patrimoniais		606.024,75	19.245.833,48	(19.851.858,23)	-	(6.499.121,90)	895.056,90	5.604.065,00	-
		83.196.093,21	22.166.150,08	40.391.559,37	145.753.802,66	65.615.706,99	3.984.799,63	63.500.773,04	133.101.279,66
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>560.830.723,60</b>	<b>29.640.360,81</b>	<b>76.247.460,01</b>	<b>669.022.544,42</b>	<b>505.697.534,05</b>	<b>5.556.888,25</b>	<b>68.929.015,88</b>	<b>580.306.938,19</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
DO PERÍODO FIMOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
(em Reais)

NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			2024	ATIVIDADES DE SAÚDE			2023	
	GESTÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA GRATUITA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE		GESTÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA GRATUITA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE		
<b>RECEITAS LÍQUIDAS</b>	<b>(17)</b>	<b>2.608.663.405,20</b>	<b>8.681.895,48</b>	<b>62.122.525,07</b>	<b>2.679.467.825,75</b>	<b>2.418.914.923,32</b>	<b>7.764.639,69</b>	<b>27.745.120,76</b>	<b>2.454.424.683,77</b>
Contratos de Gestão e Convênios	(18)	2.618.437.911,13	-	-	2.618.437.911,13	2.449.747.347,27	-	-	2.449.747.347,27
Serviços Próprios de Saúde	(32)	-	-	-	-	-	219.642,22	-	219.642,22
Assistência Gratuita Prestada em Saúde	(27)	-	8.684.045,48	-	8.684.045,48	-	7.544.997,47	-	7.544.997,47
Recursos para Custeio Operacional	(28)	-	-	62.122.525,07	62.122.525,07	-	-	27.847.083,49	27.847.083,49
Realização de Bens Públicos em nosso poder		8.596.645,42	-	-	8.596.645,42	8.321.012,98	-	6.278,13	8.327.291,11
(-) Repasse Destinado à Aquisições do Imobilizado		(13.504.723,89)	-	-	(13.504.723,89)	(11.588.149,74)	-	(108.240,86)	(11.696.390,60)
(-) Readequação Financeira		-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Devolução de Recursos Públicos		(163.361,87)	-	-	(163.361,87)	(1.211.096,50)	-	-	(1.211.096,50)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(4.703.065,59)	(2.150,00)	-	(4.705.215,59)	(26.354.190,69)	-	-	(26.354.190,69)
<b>CUSTOS</b>		<b>(2.496.109.904,20)</b>	<b>(15.613.784,31)</b>	<b>(66.331.020,85)</b>	<b>(2.578.054.709,36)</b>	<b>(2.340.317.926,63)</b>	<b>(13.046.626,51)</b>	<b>(25.170.109,88)</b>	<b>(2.378.534.663,02)</b>
Despesas com Pessoal	(21)	(1.751.932.977,97)	(5.280.134,39)	(56.316.914,44)	(1.813.530.026,80)	(1.634.541.384,98)	(4.530.634,96)	(14.585.445,57)	(1.653.657.465,51)
Serviços Terceirizados	(22)	(580.114.884,40)	(1.293.015,98)	(9.182.079,75)	(590.589.980,13)	(535.821.026,17)	(485.251,91)	(9.721.469,66)	(546.027.747,74)
Medicamentos e Materiais de Consumo	(23)	(164.062.041,83)	(356.588,46)	(832.026,66)	(165.250.656,95)	(169.955.515,48)	(485.742,17)	(863.194,65)	(171.304.452,30)
Assistência Gratuita Prestada em Saúde	(27)	-	(8.684.045,48)	-	(8.684.045,48)	-	(7.544.997,47)	-	(7.544.997,47)
Custo da Imunidade Usufruída	(31)	(414.682.020,61)	(1.089.682,38)	(11.310.978,22)	(427.082.681,21)	(383.369.077,46)	(871.381,27)	(2.928.281,25)	(387.168.739,98)
(-) Imunidade Usufruída	(31)	414.682.020,61	1.089.682,38	11.310.978,22	427.082.681,21	383.369.077,46	871.381,27	2.928.281,25	387.168.739,98
<b>(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) BRUTO</b>		<b>112.553.501,00</b>	<b>(6.931.888,83)</b>	<b>(4.208.495,78)</b>	<b>101.413.116,39</b>	<b>78.596.996,69</b>	<b>(5.281.986,82)</b>	<b>2.575.010,88</b>	<b>75.890.020,75</b>
<b>DESPESAS</b>		<b>(152.812.969,99)</b>	<b>(1.231.806,03)</b>	<b>(8.342.462,89)</b>	<b>(162.387.238,91)</b>	<b>(104.106.377,32)</b>	<b>(1.294.782,31)</b>	<b>(6.913.188,70)</b>	<b>(112.314.348,33)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.417.487,73)	(44.208,96)	(275.687,17)	(1.737.383,86)	(1.290.889,14)	(1.994,56)	(195.130,36)	(1.488.014,06)
Despesas Gerais	(24)	(140.294.167,06)	(1.187.597,07)	(8.066.775,72)	(149.548.539,85)	(95.724.464,50)	(1.292.787,75)	(6.292.425,94)	(103.309.678,19)
Provisão para Devedores Duvidosos		-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para Contingências		(11.101.315,20)	-	-	(11.101.315,20)	(7.091.023,68)	-	(425.632,40)	(7.516.656,08)
<b>OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>32.880.149,93</b>	<b>7.030.427,41</b>	<b>4.253.677,99</b>	<b>44.164.255,33</b>	<b>18.452.705,47</b>	<b>4.706.007,77</b>	<b>4.820.703,49</b>	<b>27.979.416,73</b>
Despesas com Doações e Auxílios		-	(21.119,96)	(10.771,81)	(31.891,77)	-	(47.150,00)	(2.361,24)	(49.511,24)
Receitas com Doações e Subvenções		1.431.162,16	1.400.404,95	73.000,00	2.904.567,11	6.393.424,41	126.416,46	9.195,99	6.529.036,86
Outras Receitas	(19)	31.448.987,77	5.651.142,42	4.191.449,80	41.291.579,99	12.059.281,06	4.626.741,31	4.813.868,74	21.499.891,11
<b>TRABALHO VOLUNTÁRIO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Receitas do Trabalho Voluntário	(2.e/25)	-	527.006,16	90.518,11	617.524,27	1.009.220,54	394.040,34	90.518,11	1.493.778,99
(-) Custos com Serviço Voluntário	(2.e/25)	-	(527.006,16)	(90.518,11)	(617.524,27)	(1.009.220,54)	(394.040,34)	(90.518,11)	(1.493.778,99)
<b>(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS</b>		<b>(7.379.319,06)</b>	<b>(1.133.267,45)</b>	<b>(8.297.280,68)</b>	<b>(16.809.867,19)</b>	<b>(7.056.675,16)</b>	<b>(1.870.761,36)</b>	<b>482.525,67</b>	<b>(8.444.910,85)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(20)</b>	<b>20.370.233,68</b>	<b>68.784,42</b>	<b>5.039.925,24</b>	<b>25.478.943,34</b>	<b>25.186.438,89</b>	<b>6.756,46</b>	<b>6.250.326,22</b>	<b>31.443.521,57</b>
Receitas Financeiras		21.261.917,06	86.741,47	5.475.504,15	26.824.162,68	25.942.438,97	16.772,04	6.414.960,61	32.374.171,62
Despesas Financeiras		(891.683,38)	(17.957,05)	(435.578,91)	(1.345.219,34)	(756.000,08)	(10.015,58)	(164.634,39)	(930.650,05)
<b>(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(33)</b>	<b>12.990.914,62</b>	<b>(1.064.483,03)</b>	<b>(3.257.355,44)</b>	<b>8.669.076,15</b>	<b>18.129.763,73</b>	<b>(1.864.004,90)</b>	<b>6.732.851,89</b>	<b>22.998.610,72</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
(em Reais)

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
(=) Superávit do exercício	8.669.076,15	22.998.610,72
<b>TOTAL DO RES. ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>8.669.076,15</b>	<b>22.998.610,72</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit / Déficit	Dotação Inicial/Final	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>76.614.596,82</b>	<b>20.697.869,13</b>	-	<b>97.312.465,95</b>
Incorporação do Resultado	20.697.869,13	(20.697.869,13)	-	-
Dotação Final	-	-	12.790.235,85	12.790.235,85
Superávit do Exercício	-	22.998.610,71	-	22.998.610,71
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>97.312.433,09</b>	<b>22.998.610,71</b>	<b>12.790.235,85</b>	<b>133.101.279,66</b>
Incorporação do Resultado	22.998.610,71	(22.998.610,71)	-	-
Transferência Patrimonial	-	-	(12.790.235,85)	(12.790.235,85)
Dotação Final	12.790.235,85	-	3.983.446,85	16.773.682,70
Superávit do Exercício	-	8.669.076,15	-	8.669.076,15
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>133.101.279,66</b>	<b>8.669.076,15</b>	<b>3.983.446,85</b>	<b>145.753.802,66</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
 (em Reais)

	2024	2023
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Déficit / Superávit do Exercício	8.669.076,15	22.998.610,72
Depreciação	1.064.327,49	721.803,55
Dotação Final	3.983.446,85	12.790.235,85
<b>(Aumento) Redução do Ativo</b>		
Adiantamentos a Fornecedores	454.040,91	301.535,57
Adiantamentos a Empregados	(598.601,38)	(798.919,77)
Adiantamentos para Despesas	(10.485,10)	12.811,82
Impostos Recuperáveis	37.641,43	68.212,00
Créditos com Convênios	(54.463.674,91)	(52.497.837,14)
Outros Créditos	(8.041.251,28)	3.042.110,70
Estoques	(4.001.627,97)	1.160.110,07
Despesas Antecipadas	(2.744,37)	81.817,95
Realizável a Longo Prazo	-	-
<b>Aumento (Redução) do Passivo</b>		
Fornecedores	5.282.946,30	(971.134,32)
Obrigações Trabalhistas	3.389.177,77	7.950.793,25
Obrigações Sociais e Fiscais	6.751.780,51	7.963.958,40
Provisões para Férias e Encargos	18.413.960,37	5.536.343,71
Provisão para Contingências	7.538.465,26	(4.086.321,33)
Recursos Governamentais a Realizar	350.734,00	(833.385,65)
Outras Obrigações	(3.371.627,94)	1.772.966,44
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>(14.554.415,91)</b>	<b>5.213.711,82</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(13.504.723,89)	(13.532.950,28)
Baixa de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	10.965.138,59	9.110,14
Aquisição de Imob/Intang. Próprio	(37.377.151,67)	(668.919,35)
Baixa de Imob/Intang. Próprio	3.574.486,84	50.833,40
<b>Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Investimento</b>	<b>(36.342.250,13)</b>	<b>(14.141.926,09)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	13.504.723,89	13.524.581,21
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	22.516.834,14	2.639.499,21
Incorporação ao Patrimônio Líquido	-	-
<b>Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Financiamento</b>	<b>36.021.558,03</b>	<b>16.164.080,42</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(14.875.108,01)</b>	<b>7.235.866,15</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Disponibilidades no Início do Exercício	216.807.456,28	209.571.590,13
Disponibilidades no Final do Exercício	201.932.348,27	216.807.456,28
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(14.875.108,01)</b>	<b>7.235.866,15</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(em Reais)**

---

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

---

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma Entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Proença de Gouvêa.

Em 07 de fevereiro de 2008 foi celebrado o contrato de gestão entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, o CEJAM e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein – SBIBHAE, para o gerenciamento do Hospital M'Boi Mirim – Dr. Moisés Deutsch.

A Entidade, para fazer frente aos déficits e patrimônio líquido negativo de determinados projetos, vem buscando a manutenção e repactuação das parcerias municipais, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade.

---

## **2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

### **2.a) Declaração de conformidade:**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

### **2.b) Base de mensuração:**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

### 2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a:

- Vida útil do ativo imobilizado.
- Provisões em geral.

Não houve mudanças significativas nas estimativas do período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

### 2.e) Trabalho voluntário:

Em atendimento à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a Entidade efetuou levantamento dos trabalhos voluntários e gratuidades recebidos, concluindo que dado o atual contexto operacional esses valores referem-se substancialmente ao valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos membros da Diretoria. O valor apurado foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Diretores (respectivamente despesa e receita no mesmo montante).

---

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

---

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a estas demonstrações financeiras da Entidade e continuarão sendo adotadas continuamente a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025.

### 3.a) Instrumentos financeiros:

**Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das

partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.

**Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

**Reconhecimento e mensuração inicial:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

**Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2024, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

**Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber do Contrato de Gestão e Operacionalização e outros créditos.

**Passivos financeiros:** Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

**Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido entre eles é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de realizá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía, em 31 de dezembro de 2024, nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge.

### 3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

### 3.c) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2024 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2023. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
  - Construções: 25 anos;
  - Instalações: 10 anos;
  - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
  - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
  - Equipamentos de informática: 5 anos;
  - Móveis e utensílios: 10 anos;
  - Veículos: 5 anos;
  - Biblioteca: 10 anos;
  - Benfeitorias: 25 anos.

### 3.d) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

### 3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

### 3.f) Passivo circulante e não circulante:

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada

de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### 3.g) Patrimônio social:

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

### 3.h) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão, convênios e respectivos termos aditivos das Secretarias Municipais e Estadual de Saúde,

doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

### 3.i) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

### 3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

### 3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

### 3.l) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2024

As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2024, não apresentam impactos nas demonstrações contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

<b>BENS NUMERÁRIOS</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Caixa	200,00	200,00
Fundo Fixo	20.635,82	15.153,10
	<b>20.835,82</b>	<b>15.353,10</b>

<b>BANCOS – CONTA MOVIMENTO</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Banco do Brasil S.A.	5.078,17	170.494,82
Banco Santander (Brasil) S.A.	34.065,93	15.992.178,69
Banco Bradesco S.A.	5,00	14,32
Banco XP Investimentos	734,94	-
	<b>39.884,04</b>	<b>16.162.687,83</b>

<b>BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Banco do Brasil S.A.	55.888.375,96	60.455.890,95
Banco Santander (Brasil) S.A.	95.058.304,59	118.410.520,24
Banco Bradesco S.A.	42.673.744,82	21.763.004,16
Banco XP Investimentos	3.179.989,95	-
Banco Sofisa	5.071.213,09	-
	<b>201.871.628,41</b>	<b>200.629.415,35</b>

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio das aplicações financeiras foi de 10,1410 % ao ano.

## 5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

<b>ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Adiantamentos de Férias	9.569.809,58	9.133.598,48
Outros Adiantamentos	1.268.275,31	1.105.885,03
	<b>10.838.084,89</b>	<b>10.239.483,51</b>

## 6. CRÉDITOS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS

<b>CRÉDITOS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
PMSP - Contr. 003/2007 (PROREHOSP)	101.266.715,47	58.909.474,46
PMSP Contr. 006/2015 (Jardim Ângela/Capão Redondo)	68.269.952,46	99.631.078,84
PMSP Contr. 002/2011 (Parto Seguro)	29.134.567,82	21.960.884,07
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contr. 067/2018 (UNICA)	1.082.095,65	1.683.751,59
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contr. 046/2020 (ESF)	321.578,03	4.189.494,73
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 037/2015	24.750.955,52	24.750.955,52
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 010/2021	5.979.193,37	2.849.872,67
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 001/2022	23.584.817,98	18.997.167,05
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 001/2024	7.563.338,80	-
Gestão Saúde Campinas - Contr. nº 69/2019 – Saúde Mental	-	404.321,49
Gestão Saúde Campinas - Contr. nº 173/2021 – Cirurgia Geral	382.827,48	-
Gestão Saúde Campinas - Contr. nº 221/2022 – Enfermagem	7.807.810,46	6.627.993,07
Pref. Mun. de Carapicuíba – PS Vila Dirce – Contr. 96/2019	363.340,16	1.717.426,08
Pref. Mun. de S. J. dos Campos – UPA Campo dos Alemães – CG 343/2024	2.266.292,00	-
Pref. Mun. de S. J. dos Campos – Microrregião Norte – CG 408/2024	3.195.042,00	-
Maternidade Municipal de Peruíbe	533.582,31	4.833.582,31
Gestão Saúde - Conv. 00046/2021 - Santos	-	59.206,12
Gestão Saúde - Conv. 00125/2021 - Santos	-	431.834,99
Gestão Saúde - Conv. 01483/2020 - Santos	-	390.087,42
Gestão Saúde - Conv. 00037/2022 - Santos	-	68.799,27
Gestão Saúde - Conv. 00060/2021 - Osasco	-	641,35
Gestão Saúde - Conv. 00108/2021 - Guarulhos	379.825,52	383.860,05
Gestão Saúde - Conv. 00023/2022 – Mat. Leonor M. de Barros	38.779,80	350.526,79
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	(25.783.917,95)
	<b>276.920.714,83</b>	<b>222.457.039,92</b>

## 7. OUTROS CRÉDITOS

<b>OUTROS CRÉDITOS (CIRCULANTE)</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Aluguéis a Receber	79.523,29	80.703,29
Valores a Regularizar	1.943.367,90	654.829,54
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	237.388,80	430.761,41
Condomínio	3.000,00	3.000,00
Instituto de Responsabilidade Social	987.865,35	372.465,00
Cejam Mantenedora	263.274,58	-
Centro de Diagnóstico por Imagem	1.169.318,81	386.100,00
Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde	330.253,79	194.588,57
Maternidade Municipal de Peruibe	1.263.383,31	451.000,00
Hospital Geral de Carapicuíba	-	120.000,00
Hospital Geral de Itapevi	615.808,10	2.693,51
CG 67/2018 Única Mogi das Cruzes	201.460,43	-
CG 408/2024 - Microrregião Norte SJC	296.083,74	-
Sub Sede Rio de Janeiro	0,66	-
	<b>7.390.728,76</b>	<b>2.696.141,32</b>

## 8. ESTOQUES

<b>ESTOQUES</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Dietas Parenterais	8.305,77	3.224,05
Nutrição Enteral	207.598,79	186.074,81
Material de Laboratório / Regentes	34.595,14	14.331,28
Medicamentos	6.493.180,92	5.171.566,25
Material Médico / Hospitalar	8.494.778,53	7.714.510,92
OPME	264.343,65	163.064,49
Material de Expediente / Escritório	806.615,51	884.313,57
Material de Manutenção	1.889.534,32	1.490.625,77
Material de Informática	228.799,46	99.039,33
Material de Limpeza	762.190,29	647.014,94
Instrumental Cirúrgico	88,88	-
Material de EPI	206.361,89	225.474,35
Material Cirúrgico	47.349,40	62.950,00
Material de Higiene	170.632,37	94.331,05
Gêneros Alimentícios	723.269,33	683.233,41
Utensílios de Copa	183.303,93	160.925,94
Material Impresso	85.641,25	20.466,94
Peças e Acessórios	264.193,96	240.433,21
Uniformes e Rouparia	707.409,39	1.078.203,93
Material Permanente	676.715,95	408.169,26
Gases Hospitalares	19.637,12	9.989,06
Utensílios Diversos	32.824,52	49.218,37
Tecidos, Aviamentos e Armarinhos	1.658,95	3.357,80
Empréstimos MAT/MED a Receber	3.279.321,11	2.176.203,73
	<b>25.588.350,43</b>	<b>21.586.722,46</b>

## 9. RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS

Prudentemente, a Entidade constituiu reserva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

<b>RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Banco Santander (Brasil) S.A.	35.609.730,88	32.263.067,04
	<b>35.609.730,88</b>	<b>32.263.067,04</b>

## 10. IMOBILIZADO

<b>Descrição</b>	<b>Taxa Depr.</b>	<b>Saldo em 2023</b>	<b>Adição</b>	<b>Depreciação Do Período</b>	<b>Saldo em 2024</b>
<b>Bens de Gestão Própria</b>					
Terrenos	-	375.000,00	-	-	375.000,00
Construções	4%	2.570.055,63	33.250.221,72	(514.442,54)	35.305.834,81
Instalações	10%	335.955,29	-	(54.940,00)	281.015,29
Máquinas e Equipamentos	10%	342.803,69	287.415,56	(63.647,08)	566.572,17
Equipamentos de Uso Médico	10%	132.838,33	83.429,96	(4.904,25)	211.364,04
Equipamentos de Informática	20%	137.664,26	54.652,25	(43.149,13)	149.167,38
Móveis e Utensílios	10%	793.443,12	112.944,13	(121.008,64)	785.378,61
Veículos	20%	394.827,85	-	(121.698,00)	273.129,85
Benfeitorias	4%	693.767,04	-	(43.947,24)	649.819,80
<b>Bens de Gestão Pública</b>					
Construções	4%	10.557.419,35	-	(480.000,00)	10.077.419,35
Instalações	10%	404.131,15	222.574,00	(49.074,00)	577.631,15
Máquinas e Equipamentos	10%	5.820.641,19	2.785.431,90	(943.082,83)	7.662.990,26
Equipamentos de Uso Médico	10%	29.137.049,35	2.694.154,97	(3.811.600,62)	28.019.603,70
Equipamentos de Informática	20%	3.010.320,52	646.422,45	(978.767,98)	2.677.974,99
Móveis e Utensílios	10%	4.339.043,65	1.174.622,76	(677.904,88)	4.835.761,53
Veículos	20%	41.960,76	122.330,18	(99.411,09)	64.879,85
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	895.018,89	229.468,39	(145.232,61)	979.254,67
Benfeitorias	4%	11.446.365,73	4.017.604,42	(622.340,73)	14.841.629,42
					<b>108.334.426,87</b>

Conforme preceituado em contratos e convênios firmados entre o CEJAM e Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos de gestão e convênios é de uso exclusivo e de propriedade das Secretarias Municipais de Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo.

## 11. INTANGÍVEL

Descrição	Taxa Amort	Saldo em 2023	Adição	Depreciação Do Período	Saldo em 2024
<b>Bens de Gestão Própria</b>					
Direitos de Uso de Sistemas	20%	67.028,99	49.728,90	(29.287,57)	87.470,32
Marcas e Patentes		10.972,01	-	-	10.972,01
<b>Bens de Gestão Pública</b>					
Direitos de Uso de Sistemas	20%	737.915,85	290.048,34	(252.599,17)	775.365,02
					<b>873.807,35</b>

## 12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2024	2023
Salários a Pagar	82.134.897,39	76.874.389,64
13º Salários a Pagar	861,57	-
Rescisões a Pagar	577.332,48	2.481.083,82
Pensões Alimentícias a Pagar	211.522,74	192.259,80
Acordos Trabalhistas a Pagar	2.989,52	-
Penhora Judicial a Pagar	9.438,57	131,24
	<b>82.937.042,27</b>	<b>79.547.864,50</b>

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CIRCULANTE)	2024	2023
Banco Santander S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)	1.459.392,21	4.824.749,22
Banco Bradesco S.A.	23.701.691,16	-
	<b>25.161.083,37</b>	<b>4.824.749,22</b>

A Entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander para garantir as operações em caso de atraso dos repasses para custeio dos contratos e convênios municipais. Esta conta possui taxa média de juros pós-fixada equivalente, além do CDI, de a 0,59% a.m. para o Bradesco e 0,55% a.m. para o Santander.

**14. CONTAS A PAGAR**

<b>CONTAS A PAGAR (CIRCULANTE)</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Eletropaulo – Hospital Mun. M’Boi Mirim	227.164,13	202.871,10
Light – OS Rio de Janeiro	18.712.979,42	14.411.114,47
CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos	2.083.697,18	1.809.758,76
Sabesp – Hospital Mun. M’Boi Mirim	170.370,60	356.132,54
Tim Celular	31.964,05	10.211,46
Nextel Telecomunicações	339,80	506,25
PMSP (devolução repasse encerr. convênio)	1.227.330,72	1.227.330,72
Águas do Rio 4 SPE	668.435,68	120.633,01
Aluguéis a Pagar	297.962,44	346.544,08
Empréstimo Consignado	4.157.745,26	3.650.119,26
Plano de Saúde	118.662,36	687.891,20
Plano Odontológico	18.671,29	163.368,70
Plano de Previdência Privada	114.471,58	14.369,12
Outras Contas a Pagar	-	-
Elektro Eletricidade e Serviços S. A.	143.649,15	138.111,42
Empréstimo de Materiais Médico	2.222.970,10	1.663.834,91
Telefônica Brasil S.A.	8.897,22	6.831,03
Contas a Pagar – IRS Cebas	330.253,79	194.588,57
Contribuições Voluntárias	640,00	740,00
Intercompany a Pagar	4.797.085,59	1.330.108,51
Outros Valores a Regularizar	536.512,54	151.027,42
Recebimentos Antecipados	61.550,88	307.129,76
Ação Institucional - IRS	59.230,00	-
Adiantamento PMSP - HMBM	2.948.500,64	2.649.933,84
Claro	185,90	-
	<b>38.939.270,32</b>	<b>29.443.156,13</b>
<b>CONTAS A PAGAR (NÃO CIRCULANTE)</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Obrigações Trabalhistas	34.027,45	59.325,98
	<b>34.027,45</b>	<b>59.325,98</b>

**15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

<b>PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (NÃO CIRCULANTE)</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Provisões para Contingências Trabalhistas	9.801.737,94	5.361.051,35
Provisões para Contingências Cíveis	7.297.926,76	4.200.148,09
	<b>17.099.664,70</b>	<b>9.561.199,44</b>

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A Entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade, figura em outros processos avaliados com perda possível no montante de R\$ 299.745.004,00, sem provisão constituída.

---

## **16. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER**

---

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 70.512.509,94 em 2024 e R\$ 66.388.798,44 em 2023, refere-se aos valores recebidos das Secretarias Municipais de Saúde e do Governo do Estado de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos aos Municípios e ao Estado quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

---

## **17. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

---

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

**18. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS**

<b>RECEITAS COM CONTRATOS GESTÃO E CONVÊNIOS</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
PMSP – Contr. de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	241.050.916,39	202.510.452,56
PMSP - Contr. 006/2015 (Jardim Angela/Capão Redondo)	774.234.697,76	658.872.211,74
PMSP – Conv. 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	328.075.699,94	270.708.606,01
PMSP – Contr. de Gestão 004/2008 (Hosp. Municipal M'Boi Mirim)	328.133.739,00	323.065.212,49
Prof. Mun. de Mogi das Cruzes – Contr. de Gestão 067/2018 (UNICA)	7.195.828,54	10.515.685,82
Prof. Mun. de Mogi das Cruzes – Contr. de Gestão 057/2024	7.136.459,53	-
Prof. Mun. de Mogi das Cruzes – Contr. de Gestão 046/2020	35.242.901,77	38.854.104,80
Prof. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 010/2021	98.118.781,71	91.121.042,64
Prof. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 01/2022	99.930.131,57	96.572.358,58
Prof. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 01/2024	42.170.368,52	-
Prof. Mun. De Carapicuíba – Contr. de Gestão 96/2019	20.910.658,37	22.835.009,30
Contr. nº 11/2019 - Otorrinolaringologia	793.289,75	1.954.227,58
Contr. nº 25/2019 - Enfermagem	-	849.910,12
Contr. nº 69/2019 – Saúde Mental	592.839,63	5.420.390,99
Contr. nº 173/2021 – Cirurgia Geral	4.820.999,05	3.988.674,26
Contr. nº 18/2022 – Ceasa	775.765,98	729.790,54
Contr. nº 221/2022	92.477.554,42	74.806.924,61
Contr. nº 48/2024	1.063.298,59	-
Prof. Mun. De Peruíbe – Contr. de Gestão da Maternidade	3.840.945,48	12.742.172,70
Prof. Mun. De São Roque – Contr. de Gestão 01/2022	486.000,00	7.222.170,54
Conv. 001/2022 – Pró Santa Casa II – São Roque	-	1.458.000,00
Prof. Mun. De São Roque – Contr. de Gestão 01/2023	56.312.555,94	45.383.261,02
Prof. Mun. De S. J. dos Campos – Contr. de Gestão 343/2024	15.864.044,00	-
Prof. Mun. De S. J. dos Campos – Contr. de Gestão 408/2024	9.585.126,00	-
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão AME Itú	11.203.240,44	10.687.440,00
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 35/2021 – Hemodinâmica Osasco	-	5.012.795,64
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 60/2021 – Hemodinâmica	-	10.854.379,80
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Hosp. de Franc. Morato	69.201.132,52	76.618.821,43
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 1483/2020 – Santos	2.391.400,63	3.034.350,60
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 46/2021 – Santos	1.253.777,48	5.251.934,40
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 60/2021 – Santos	10.641.273,36	-
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 125/2021 – Santos	-	14.735.392,54
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 37/2022 – Santos	426.375,89	2.971.050,96
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 108/2021 – Guarulhos	4.560.535,51	4.183.719,32
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 23/2022 – Mat. Leonor M. Barros	3.928.331,00	3.922.506,00
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 01097/2023 – AME Mulher	8.005.042,20	1.334.173,70
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Hosp. de Franco da Rocha	152.659.865,52	143.208.612,00
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão AME Carapicuíba	10.084.639,18	16.505.441,82
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Rede Lucy Montoro Santos	7.279.785,93	6.542.895,00
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Rede Lucy Montoro Pariquera	4.213.613,35	703.888,64
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 94/2021 – Ferraz de Vasconcelos	4.836.740,15	10.640.828,33
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 98/2022 – Ferraz de Vasconcelos	8.009.879,64	8.009.879,64
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Hosp. Geral de Carapicuíba	-	122.778.235,00
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Hosp. Geral de Itapevi	134.625.224,24	133.140.796,15
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 1626/2023 Hosp. Regional Sul	9.305.003,40	-
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão AME Carapicuíba 62447	6.999.448,75	-
	<b>2.618.437.911,13</b>	<b>2.449.747.347,27</b>

**19. OUTRAS RECEITAS**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Recuperação de Despesas com Pessoal	9.331.788,83	7.153.576,74
Recuperação de Despesas com Terceiros	977,38	501.217,75
Recuperação de Despesas com Materiais	695.862,14	717.262,39
Recuperação de Despesas Gerais	27.086.244,16	1.405.012,42
Aluguéis	1.387.233,43	1.389.225,68
Arrendamento do Estacionamento	640.004,27	563.755,75
Parcerias Operacionais	-	1.336.231,81
Eventos e Campanhas	147.535,69	64.359,47
Extraordinárias	370.399,58	745.975,27
Venda de Sucatas e Recicláveis	16.220,52	38.087,16
Receita com Refeições	91.142,30	59.272,00
Condomínio	36.000,00	36.000,00
Reversão de Contingências	1.488.171,69	6.591.581,27
Ganho na Venda de Bem Imobilizado	-	898.333,40
	<b>41.291.579,99</b>	<b>21.499.891,11</b>

**20. RESULTADO FINANCEIRO**

<b>RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Rendimentos de Aplicações Financeiras	26.323.042,29	31.596.027,76
Descontos Obtidos	496.924,27	774.681,45
Juros e Atualizações Monetárias	4.196,12	3.462,41
(-) Tarifas Bancárias	(298.672,96)	(363.168,53)
(-) Juros Bancários	(161.775,95)	(163.939,62)
(-) Juros a Fornecedores	(815.068,65)	(376.060,70)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(11.966,18)	(13.747,86)
(-) Imposto sobre Aplicações Financeiras	(17.575,98)	(30,23)
(-) Taxa Máquina de Cartões	(1.980,90)	(2.174,78)
(-) IOF	(37.184,72)	(10.594,88)
(-) Desconto Concedido	(994,00)	(933,45)
	<b>25.478.943,34</b>	<b>31.443.521,57</b>

**21. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO**

<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Remunerações	1.543.563.511,15	1.411.954.701,33
Benefícios	132.322.020,47	118.699.162,08
Encargos Sociais	137.644.495,18	123.003.602,10
	<b>1.813.530.026,80</b>	<b>1.653.657.465,51</b>

## 22. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

SERVIÇOS DE TERCEIROS	2024	2023
Serviços Assistenciais por Pessoas Jurídicas	442.296.371,16	411.711.318,10
Serviços Diversos por Pessoas Jurídicas	140.509.176,42	127.083.849,32
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	7.784.432,55	7.232.580,32
	<b>590.589.980,13</b>	<b>546.027.747,74</b>

## 23. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAS DE CONSUMO

MEDICAMENTOS E MATERIAIS	2024	2023
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	111.431.754,90	114.485.201,11
Materiais de Consumo	40.295.624,25	38.461.859,43
Materiais de Conservação	8.446.291,69	10.726.436,05
Outros Materiais	5.076.986,11	7.630.955,71
	<b>165.250.656,95</b>	<b>171.304.452,30</b>

## 24. DESPESAS GERAIS

DESPESAS GERAIS	2024	2023
Contas de Consumo (água, luz, telefone e gás)	29.331.907,05	26.486.325,44
Aluguéis (imóveis, veículos, equipamentos e aparelhos)	39.464.286,48	32.593.840,02
Administrativas	62.700.522,74	28.618.050,75
Reformas e Benfeitorias	-	76.700,00
Bens Não Imobilizados	1.914.771,62	1.091.880,67
Depreciações e Amortizações	9.626.964,22	9.041.736,08
Outras Despesas Gerais	6.510.087,74	5.401.145,24
	<b>149.548.539,85</b>	<b>103.309.678,20</b>

## 25. TRABALHO VOLUNTÁRIO – INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ITG 2002 (R1)

A Entidade utilizou como parâmetro para determinação de valores do trabalho voluntário recebido, a execução de trabalho não remunerado por parte de sua diretoria estatutária em reuniões ordinárias e extraordinárias num total de 480 horas valoradas ao montante de R\$ 90.518,11, bem como demais trabalhos prestados voluntariamente por terceiros, reconhecidos no montante de R\$ 527.006,16, perfazendo o total de R\$ 617.524,27.

## 26. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

---

## 27. ASSISTÊNCIA GRATUITA PRESTADA EM SAÚDE

---

O CEJAM desenvolve, coordena e orienta programas, projetos, ações e campanhas sociais e ambientais no âmbito da saúde nos municípios onde atua. Alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o CEJAM integra e expande suas ações na área da saúde, prestando serviços de forma inteiramente gratuita à população. As iniciativas seguem uma agenda de promoção da saúde integral, enfatizando a importância de hábitos saudáveis e a prevenção de doenças.

Dentre as principais iniciativas, destacamos o **CEJAM Mulher**, um programa dedicado à atenção integral à saúde da mulher. Este programa busca ampliar o acesso a serviços essenciais, como o rastreamento de câncer de colo de útero e a inserção de contraceptivos de longa duração (LARCs), incluindo dispositivos como o Sistema Liberador de Levonorgestrel (Mirena) e o Implante Hormonal Subdérmico (Implanon). Além disso, o **CEJAM Mulher** realiza capacitações para profissionais de saúde no uso desses métodos contraceptivos e promove ações de educação voltadas para mulheres, meninas e adolescentes, permitindo que as pessoas possam escolher e planejar a maternidade de maneira segura, o que contribui para a redução de gestações não planejadas.

O atendimento é realizado por uma equipe multidisciplinar em formato ambulatorial, tanto na sede do CEJAM quanto em unidades móveis que atendem regiões periféricas. Todos os serviços prestados são totalmente gratuitos para os beneficiários, sem qualquer custo para o município.

Outros programas em destaque incluem:

- **CEJAM Vitalidade:** Programa que promove qualidade de vida, incentivando hábitos saudáveis e o bem-estar físico, social, emocional e espiritual.
- **CEJAM Solidário:** Iniciativa que oferece apoio socioassistencial a comunidades vulneráveis, proporcionando assistência social nas áreas em que o CEJAM atua.
- **CEJAM Ambiental:** Programa de conscientização ecológica e gerenciamento ambiental, focado na sustentabilidade e na adoção de boas práticas ambientais em unidades de saúde.
- **Assistência Especializada em Linhas de Cuidado:** Iniciativa que reduz a morbidade e mortalidade de pessoas com doenças obstrutiva vascular.
- **Voluntariado CEJAM:** Projeto que mobiliza voluntários em ações de responsabilidade social, incentivando o engajamento social e a cidadania.

A gratuidade dos serviços prestados é contabilizada com base no valor que seria cobrado do usuário, utilizando métodos e critérios compatíveis com os de mercado, conforme determina a ITG 2002 (R1), itens 10, 13 e 16.

Em 2024, a gratuidade oferecida em serviços de saúde foi de R\$ 8.684.045,48, e em 2023, de R\$ 7.544.997,47. Esses valores foram registrados contabilmente como Receita e, devido à renúncia de recebimento, também como Despesa, sob a rubrica "Assistência Gratuita Prestada em Saúde".

---

## 28. RECURSOS PARA CUSTEIO OPERACIONAL

---

Se refere ao reembolso do custo operacional feito pelas filiais para manutenção das atividades da Sede Administrativa, abrangendo uma variedade de despesas essenciais, tais como despesas administrativas, infraestrutura tecnológica, recursos humanos e outros custos operacionais. Esses recursos são indispensáveis para garantir o suporte necessário às operações das filiais e o cumprimento das nossas metas e missões institucionais de saúde da sociedade que servimos.

Dentro do nosso modelo organizacional, a Sede Administrativa exerce uma função essencial para a manutenção das nossas operações globais, servindo como ponto central de coordenação para todas as nossas filiais e unidades operacionais. Na Sede Administrativa ocorre o planejamento estratégico, a gestão de recursos humanos, financeiros, jurídicos e tecnológicos, bem como a coordenação de todas as atividades operacionais.

A Sede Administrativa desempenha um papel vital como centro de operações estratégicas em nosso modelo organizacional, sendo sua função essencial para a manutenção e o sucesso das nossas operações globais.

Ao centralizar certas funções e processos na Sede Administrativa, conseguimos alcançar maior eficiência operacional e economia de escala. Isso nos permite alocar recursos de forma mais eficaz e maximizar o impacto dos nossos esforços em toda a Entidade.

No exercício de 2024 o montante de recursos para custeio da Sede Administrativa para o apoio das despesas indiretas nas unidades de saúde gerenciadas pela Entidade foi de R\$ 62.122.525,07 e, em 2023 de R\$ 27.847.083,49.

---

## **29. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS**

---

A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

---

## **30. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)**

---

Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, Edição 60, Seção 1, Pág. 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024.

Atendendo à legislação e demais regulamentações vigentes, a Entidade protocolou tempestivamente seu requerimento de renovação junto ao Ministério da Saúde sob o nº 25000.150614/2024-48, em 07/10/2024, o qual permanece em análise.

Até o momento, o processo de renovação não foi concluído. No entanto, a Entidade está amparada pelo disposto no art. 14 do Decreto nº 11.791/2023, que estabelece:

*"Art. 14. A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação apresentado tempestivamente."*

A Administração do CEJAM e seus Assessores entendem que todos os procedimentos obrigatórios foram cumpridos de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, garantindo o deferimento do pedido de renovação do CEBAS. Dessa forma, consideram legítimo o benefício da Isenção Previdenciária Usufruída.

### 31. IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2024 foi de R\$ 427.082.681,21 e do ano de 2023 foi de R\$ 387.168.739,98 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2024	2023
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	425.530.919,74	385.722.148,89
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	1.551.761,47	1.446.591,09
	<b>427.082.681,21</b>	<b>387.168.739,98</b>
(-) Imunidade Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(425.530.919,74)	(385.722.148,89)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(1.551.761,47)	(1.446.591,09)
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 32. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

**Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma Entidade sem Fins Lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

**PIS:** por ser uma Entidade Filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

**COFINS:** por ser uma Entidade Filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

**Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a Entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2024, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)

Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2024 foi de R\$ 5.353.759,96 (em 2023 R\$ 3.687.795,49), distribuída da seguinte forma:

RENÚNCIA FISCAL	2024	2023
Cofins	5.353.759,96	3.687.795,49
	<b>5.353.759,96</b>	<b>3.687.795,49</b>

### 33. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

O Superávit do exercício de 2024 foi de R\$ 8.669.076,15 e o Superávit do exercício de 2023 foi de R\$ 22.998.610,71, estando assim distribuído entre a mantenedora (matriz) e mantidas (filiais):

RESULTADO DO EXERCÍCIO DESMEMBRADO	IDENT. CNPJ	2024	2023
Matriz (Mantenedora)	0001	9.384.260,94	9.473.598,33
Organização Social – São Paulo	0002	4.751.262,19	6.830.115,17
Organização Social – Hospital Municipal M´Boi Mirim	0008	(11.758.871,33)	(1.255.312,07)
Instituto de Responsabilidade Social	0009	(209.282,95)	(856.382,24)
Organização Social – Mogi das Cruzes 46/2020	0010	(5.502.579,61)	(244.232,86)
Organização Social – Rio de Janeiro	0011	(322.333,78)	2.691.634,51
Centro de Diagnóstico por Imagem	0013	(855.200,08)	(1.007.622,66)
Organização Social - Carapicuíba	0015	(2.964.468,96)	2.153.680,84
Gestão Saúde - Campinas	0016	(2.354.823,76)	2.592.278,14
Gestão Saúde – Osasco	0017	(302.192,70)	(101.152,21)
Organização Social – AME Itú	0020	(52.392,10)	196.489,03
Gestão Saúde – Guarulhos	0021	796.163,44	317.584,42
Organização Social – Hosp. Estadual de Francisco Morato	0022	3.123.644,45	(158.388,64)
Gestão Saúde - Santos	0023	(4.645.093,51)	(1.565.770,66)
Organização Social – Hosp. Estadual de Franco da Rocha	0024	(5.701.209,22)	912.237,25
Organização Social – Hosp. Estadual de Carapicuíba	0025	(51.520,79)	2.610.197,52
Organização Social – Maternidade Municipal de Peruíbe	0026	(526.421,75)	(278.131,61)
Organização Social – AME Carapicuíba	0027	(1.141.426,92)	1.123.056,79
Organização Social – Rede Lucy Montoro de Santos	0028	(243.275,88)	162.640,26
Gestão Saúde – Ferraz de Vasconcelos	0029	664.017,90	1.468.656,05
Organização Social – São Paulo Parto Seguro	0031	(5.293.634,05)	(20.748.251,47)
Organização Social – São Paulo Prorehosp	0032	50.958.870,07	20.524.356,59
Organização Social – Mogi das Cruzes 67/2020	0034	1.409.623,01	(1.591.886,32)
Organização Social – Hosp. Estadual de Itapevi	0035	(8.623.488,79)	4.316.611,97
Gestão Saúde – Mat. Leonor Mendes de Barros	0036	2.059.681,65	1.235.964,24
Organização Social – Rio de Janeiro – Hosp. Paulino Werneck	0037	4.042.299,49	-
Organização Social – São Roque	0038	(3.027.253,33)	(624.180,30)
Organização Social – Rio de Janeiro - Mariska	0039	4.061.216,61	(2.798.822,79)
Organização Social – São Paulo R006/2015	0040	(6.112.729,55)	-
Gestão Saúde – São Roque	0042	12.827,71	387.661,55
Organização Social – S. J. dos Campos – UPA Campo dos Alemães	0043	(314.702,97)	-
Apoio à Gestão de Convênios e Contratos	0044	(12.530.155,43)	(2.511.671,11)
Núcleo Regional do Rio de Janeiro	0045	(111.460,95)	(229.075,33)
Organização Social – S. J. dos Campos – Microrregião Norte	0047	(1.014.270,71)	-
Organização Social – Rede Lucy Montoro Pariquera Açu	0048	188.904,32	(27.271,68)
Gestão Saúde – Hosp. Regional Sul	0049	875.093,49	-
		<b>8.669.076,15</b>	<b>22.998.610,72</b>

---

## 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

---

Não foram identificados eventos subsequentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 31 de dezembro de 2024.

**Ademir Medina Osório**  
CEO

**João Francisco Romano**  
Pres. do Conselho de Administração

**Alexandre Papi**  
Contador CRC nº 1SP130223/O-3